

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
---	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	55
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	56
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	57
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	58
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	278.399.525
Preferenciais	278.399.525
Total	556.799.050
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	2.419.354	2.033.189	1.748.019
1.01	Ativo Circulante	240.691	140.804	53.137
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	204.500	111.742	20.311
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	0	7.230
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	0	7.230
1.01.03	Contas a Receber	30.560	20.107	21.345
1.01.03.01	Clientes	30.560	20.107	21.345
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.664	1.469	624
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.664	1.469	624
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.319	2.968	1.916
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.648	4.518	1.711
1.02	Ativo Não Circulante	2.178.663	1.892.385	1.694.882
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	229.641	56.932	888
1.02.01.03	Contas a Receber	5.592	1.997	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	224.049	54.935	888
1.02.03	Imobilizado	807	931	906
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	807	931	906
1.02.04	Intangível	1.948.215	1.834.522	1.693.088
1.02.04.01	Intangíveis	1.948.215	1.834.522	1.693.088
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.219.434	1.239.730	1.259.329
1.02.04.01.02	Intangível - Infra-estrutura	728.781	594.792	433.759

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	2.419.354	2.033.189	1.748.019
2.01	Passivo Circulante	148.735	178.256	70.373
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.303	6.485	3.337
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.490	1.762	1.138
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	4.813	4.723	2.199
2.01.02	Fornecedores	18.398	18.274	27.006
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	18.398	18.274	27.006
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.260	4.090	7.549
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.955	1.913	2.140
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.305	2.177	5.409
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	118.290	147.781	30.630
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	27.498	17.807	5.773
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	27.498	17.807	5.773
2.01.04.02	Debêntures	90.792	129.974	24.857
2.01.05	Outras Obrigações	1.484	1.626	1.315
2.01.05.02	Outros	1.484	1.626	1.315
2.01.05.02.04	Direito de Outorga da concessão	1.264	1.165	976
2.01.05.02.05	Outros passivos	220	461	339
2.01.06	Provisões	0	0	536
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	0	536
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	0	0	536
2.02	Passivo Não Circulante	1.573.907	1.405.792	1.326.930
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.571.821	1.404.568	1.326.230
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	351.753	246.954	197.983
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	351.753	246.954	197.983
2.02.01.02	Debêntures	1.220.068	1.157.614	1.128.247
2.02.04	Provisões	2.086	1.224	700
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	230	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2.02.04.02	Outras Provisões	1.856	1.224	700
2.02.04.02.04	Provisão de conserva especial (ICPC 01)	1.856	1.224	700
2.03	Patrimônio Líquido	696.712	449.141	350.716
2.03.01	Capital Social Realizado	556.799	556.799	526.799
2.03.02	Reservas de Capital	195.988	0	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-56.075	-107.658	-176.083

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	579.843	551.992	663.434
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-255.383	-283.186	-491.564
3.03	Resultado Bruto	324.460	268.806	171.870
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-32.784	-42.929	-28.171
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-32.784	-42.929	-28.171
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-29.990	-40.892	-25.384
3.04.02.02	Honorários dos administradores	-2.792	-2.067	-2.510
3.04.02.03	Outras receitas, líquidas	-2	30	-277
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	291.676	225.877	143.699
3.06	Resultado Financeiro	-213.218	-211.499	-219.402
3.06.01	Receitas Financeiras	9.759	7.111	3.449
3.06.01.01	Receitas financeiras	9.759	7.111	3.449
3.06.02	Despesas Financeiras	-222.977	-218.610	-222.851
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	78.458	14.378	-75.703
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-26.875	54.047	-154
3.08.02	Diferido	-26.875	54.047	-154
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	51.583	68.425	-75.857
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	51.583	68.425	-75.857

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não houve outros elementos componentes de resultados abrangentes além do Lucro líquido nos exercícios apresentados, razão pela qual a demonstração do resultado e do resultado abrangente apresentam os mesmos valores.

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	141.955	167.477	-260.167
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	329.310	256.526	221.853
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo do exercício antes do IR e CS	78.458	14.378	-75.703
6.01.01.02	Depreciação e amortização	31.053	27.016	62.998
6.01.01.03	Provisão de conserva especial	632	523	430
6.01.01.04	Juros e variações monetárias, líquidas	220.380	216.290	234.128
6.01.01.05	Margem de Construção - ICPC01	-1.443	-1.681	0
6.01.01.06	Provisão para Contingências	230	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-10.755	-7.707	-12.947
6.01.02.01	Aplicação financeira	0	7.230	-7.230
6.01.02.02	Contas a receber	-10.453	1.238	-6.139
6.01.02.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-337	-994	-384
6.01.02.04	Despesas antecipadas	649	-1.052	5.219
6.01.02.05	Outros ativos	-726	-4.805	-1.012
6.01.02.06	Salários e encargos sociais	-182	2.618	2.730
6.01.02.07	Fornecedores	124	-8.477	-10.473
6.01.02.08	Tributos a pagar	170	-3.465	4.119
6.01.02.09	Outros passivos	0	0	223
6.01.03	Outros	-176.600	-81.342	-469.073
6.01.03.01	Receita de construção civil	0	0	-338.267
6.01.03.02	Juros pagos - BNDES	-22.114	-20.022	-2.194
6.01.03.03	Juros pagos - Empréstimo ponte	0	0	-128.412
6.01.03.04	Juros pagos - Mútuo	0	0	-200
6.01.03.05	Juros pagos - Debentures	-153.134	-61.320	0
6.01.03.06	Juros pagos - CCB	-1.352	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-143.179	-166.793	-641.634
6.02.01	Adições ao intangível - Outorga	-143.057	-166.549	-640.659
6.02.02	Aquisições de imobilizado	-122	-244	-975

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	93.982	90.747	913.929
6.03.01	Pagamento de empréstimo	-51.621	-2.675	-923.437
6.03.02	Obtenção de empréstimos	145.603	63.422	1.513.610
6.03.03	Obtenção de emprestimo de empresa do grupo Odebrecht	0	0	59.321
6.03.04	Aumento de capital social	0	30.000	264.435
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	92.758	91.431	12.128
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	111.742	20.311	8.183
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	204.500	111.742	20.311

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	556.799	0	0	-107.658	0	449.141
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	556.799	0	0	-107.658	0	449.141
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	51.583	0	51.583
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	51.583	0	51.583
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	195.988	0	0	0	195.988
5.06.04	Reserva de Capital	0	195.988	0	0	0	195.988
5.07	Saldos Finais	556.799	195.988	0	-56.075	0	696.712

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	526.799	0	0	-176.083	0	350.716
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	526.799	0	0	-176.083	0	350.716
5.04	Transações de Capital com os Sócios	30.000	0	0	0	0	30.000
5.04.01	Aumentos de Capital	30.000	0	0	0	0	30.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	68.425	0	68.425
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	68.425	0	68.425
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	556.799	0	0	-107.658	0	449.141

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	198.619	0	0	-100.226	0	98.393
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	198.619	0	0	-100.226	0	98.393
5.04	Transações de Capital com os Sócios	328.180	0	0	0	0	328.180
5.04.01	Aumentos de Capital	347.986	0	0	0	0	347.986
5.04.08	Capital social a integralizar	-19.806	0	0	0	0	-19.806
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-75.857	0	-75.857
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-75.857	0	-75.857
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	526.799	0	0	-176.083	0	350.716

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	621.277	588.761	694.234
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	472.641	411.184	354.473
7.01.02	Outras Receitas	148.636	177.577	339.761
7.01.02.01	Receita de Construção	144.281	168.100	338.267
7.01.02.02	Outras receitas	4.355	9.477	1.494
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-209.390	-244.713	-426.502
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-209.390	-244.713	-426.502
7.03	Valor Adicionado Bruto	411.887	344.048	267.732
7.04	Retenções	-31.053	-27.016	-62.998
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-31.053	-27.016	-62.998
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	380.834	317.032	204.734
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	9.775	7.142	3.456
7.06.02	Receitas Financeiras	9.759	7.111	3.449
7.06.03	Outros	16	31	7
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	390.609	324.174	208.190
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	390.609	324.174	208.190
7.08.01	Pessoal	30.072	33.797	22.488
7.08.01.01	Remuneração Direta	22.490	26.101	16.543
7.08.01.02	Benefícios	6.106	5.714	4.406
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.476	1.982	1.539
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	72.383	-13.375	33.999
7.08.02.01	Federais	48.480	-34.412	16.200
7.08.02.02	Estaduais	68	47	0
7.08.02.03	Municipais	23.835	20.990	17.799
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	236.571	235.327	227.560
7.08.03.01	Juros	222.977	218.595	222.890
7.08.03.02	Aluguéis	13.594	16.732	4.670
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	51.583	68.425	-75.857

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	51.583	68.425	-75.857

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2012****Concessionária Rota das Bandeiras S.A. – 2012**

A Administração da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (“Companhia”), em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de V. Sas., o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Padronizadas referentes ao exercício de 2012, acompanhado do relatório dos auditores independentes.

1. Perfil da Companhia

Em abril de 2009, a Concessionária assumiu a operação e a administração, sob regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do Corredor Dom Pedro I (“Corredor”), formado pelas rodovias SP-065, SPI-084/066, SP-332, SP-360, SP-063, SP-083, SPA-122/065, SPA-067/360, SPA-114/332, prolongamento da SP-083 – Anel Sul de Campinas e via perimetral de Itatiba e outros segmentos de rodovias transversais que correspondem a, aproximadamente, 4,3% do total de quilômetros das rodovias atualmente sob concessão no Estado de São Paulo. Adicionalmente, a Concessionária é responsável pela manutenção de 81,4 km de estradas vicinais.

A Companhia tem como objeto a exploração do Corredor Dom Pedro I com prazo de concessão de 30 anos, compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema; (ii) o apoio na execução dos serviços de competência do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, nos termos do Contrato de Concessão.

Os trechos das rodovias administradas pela Companhia estão localizados na interligação entre a região da cidade de Campinas e o Vale do Paraíba, no Estado de São Paulo, que abrangem 17 municípios. As rodovias sob concessão são quase totalmente interligadas, permitindo o aproveitamento de sinergias operacionais, sendo que a interligação completa deverá ser alcançada nos próximos anos com a conclusão das obras da via perimetral de Itatiba.

O transporte de cargas no Brasil se caracteriza predominantemente pela via rodoviária e a região do Corredor Dom Pedro I se caracteriza pelo privilégio da multipluralidade de indústrias e seus diversos pólos econômicos geradores de grandes volumes de mercadorias e bens. A área de influência da região do Corredor abrange a Região Metropolitana de São Paulo, a região de Campinas, o Vale do Paraíba, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro e o Sul de Minas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2012**

Agradecemos aos usuários, aos acionistas, aos colaboradores, ao Governo do Estado de São Paulo e à ARTESP, às instituições financeiras, à Polícia Militar Rodoviária e demais parceiros, pela confiança, apoio e parceria, contribuições fundamentais para o sucesso dessa promissora trajetória.

2. Mensagem da Administração

A Companhia registrou no exercício de 2012 um aumento no tráfego de 8,5%, alcançando nesse exercício um número recorde de veículos equivalentes. Esse crescimento do tráfego ensejou em um aumento de receita bruta de pedágio de 14,9%, se comparado ao exercício de 2011, mesmo com o cenário da economia nacional apontando para um crescimento abaixo das expectativas, tendo em vista as incertezas sobre o crescimento da economia global, principalmente na zona do euro, cuja estimativa para o longo prazo permanecem abaixo do esperado.

No exercício de 2012, o EBTIDA da Companhia teve um crescimento de 27,6% em relação ao exercício de 2011. Essa variação positiva deve-se, principalmente, ao aumento de nossas receitas de pedágio, conforme citado no parágrafo anterior, bem como pela relevante redução de custos e despesas decorrente de ações de otimização de processos operacionais e administrativos implementadas pela Companhia nesse exercício.

Apesar do relevante aumento de tráfego nesse exercício, a Companhia registrou o mais baixo índice de acidentes nas rodovias que formam o Corredor Dom Pedro I desde o exercício de 2010, ano em que os dados passaram a ser compilados e divulgados pela Concessionária. Em média, foram 238 ocorrências por mês, o que representa uma queda de 2,8% em relação as 245 registradas no exercício de 2011. A redução no índice de acidentes no Corredor Dom Pedro é resultado da eficiência da atuação da área de operação de tráfego, apoiada por uma série de ações voltadas à segurança no trânsito realizadas pelo setor de Responsabilidade Social da Concessionária, dentre elas o programa de educação no trânsito que foi incluído no currículo das escolas públicas municipais, implantado em parceria com os municípios limítrofes do Corredor Dom Pedro, além de nove campanhas de segurança realizadas em diversos trechos das nossas rodovias ao longo do ano de 2012.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2012****3. Desempenho Econômico Financeiro**

As informações referentes ao exercício de 2012 foram preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras - International Financial Reporting Standards (IFRS) - emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Em R\$ mil	2012	2011
Receita Bruta	621.277	588.761
Receita de Pedágio	472.641	411.184
Receita de Construção	144.281	168.100
Outras Receitas	4.355	9.477
(-) Deduções da Receita Bruta	(41.434)	(36.769)
Receita Líquida	579.843	551.992
(-) Custos/despesas operacionais	(145.329)	(159.696)
(-) Custo de construção	(142.838)	(166.419)
EBIT	291.676	225.877
Margem EBIT	50,3%	40,9%
(+) Depreciação/amortização	31.053	27.016
EBITDA	322.729	252.893
Margem EBITDA	55,7%	45,8%

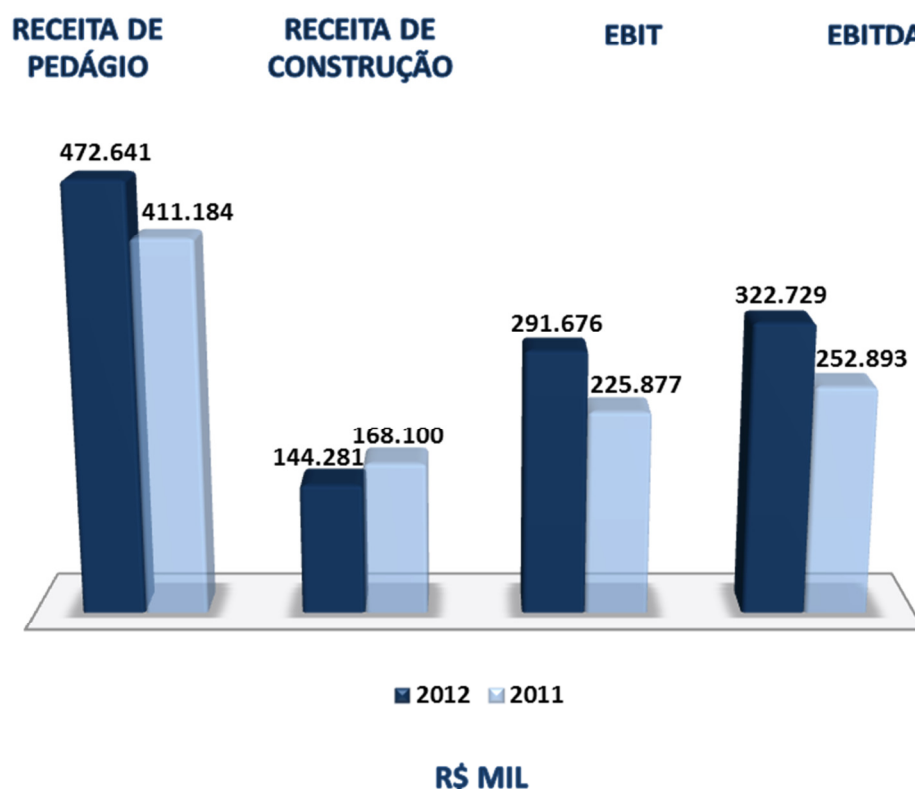
- 3.1 Receitas**

No exercício de 2012, a Concessionária registrou receita bruta de R\$ 621.277 milhões representados por 76,1% de Receitas de Pedágio e 23,2% de Receitas de obras de infraestrutura.

As receitas de pedágios apresentaram crescimento de 14,9% em relação ao ano anterior. O aumento está atrelado ao crescimento no volume de veículos pedagiados nas rodovias administradas pela Companhia. No fim de 2012 a Concessionária atingiu 85,9 milhões em veículos equivalentes gerando crescimento de 8,5% quando comparado aos 79,2 milhões do mesmo período de 2011.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2012**

A receita líquida atingiu neste trimestre de 2012 R\$ 579.843 milhões, R\$ 144.281 milhões de receita de obras de infraestrutura e R\$ 435.562 milhões de receita líquida de pedágio e acessórias.



O EBITDA atingiu no mesmo período o montante de R\$ 322.729 milhões, registrando aumento de R\$ 69.836 milhões ante aos R\$ 252.893 milhões do exercício de 2011. Conforme quadro abaixo.

Em R\$ mil	2012	2011
Resultado Líquido do Período	51.583	68.425
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	26.875	(54.047)
(+) Resultado Financeiro Líquido	213.218	211.499
(+) Depreciação/amortização	31.053	27.016
EBITDA	322.729	252.893
Margem EBITDA		

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2012**

- **3.2 Custos Operacionais e Despesas Administrativas**

Os custos operacionais e as despesas gerais e administrativas refletem os custos com manutenção e conservação da rodovia, gastos com pessoal, bem como a outorga variável da concessão e os custos de construção.

Em 2012 os custos operacionais e despesas administrativas consolidados apresentaram redução de 11,6% em relação ao ano anterior. A redução citada refere-se, principalmente, a otimização de processos nas áreas de operação e administrativa, bem como renegociação de contratos com as empresas prestadoras de serviços.

- **3.3 Resultado Financeiro**

Ao fim deste exercício a Concessionária registrou R\$ 213.218 milhões de resultado financeiro negativo, variação de apenas 0,8% em relação aos R\$ 211.499 milhões negativos do mesmo período de 2011. O principal impacto no resultado financeiro líquido foi o crescimento das despesas com juros sobre empréstimos e debêntures que, mesmo com maior volume de endividamento, permaneceu em linha com o ano anterior devido a variação do IPCA, que este ano foi menor que o realizado em 2011.

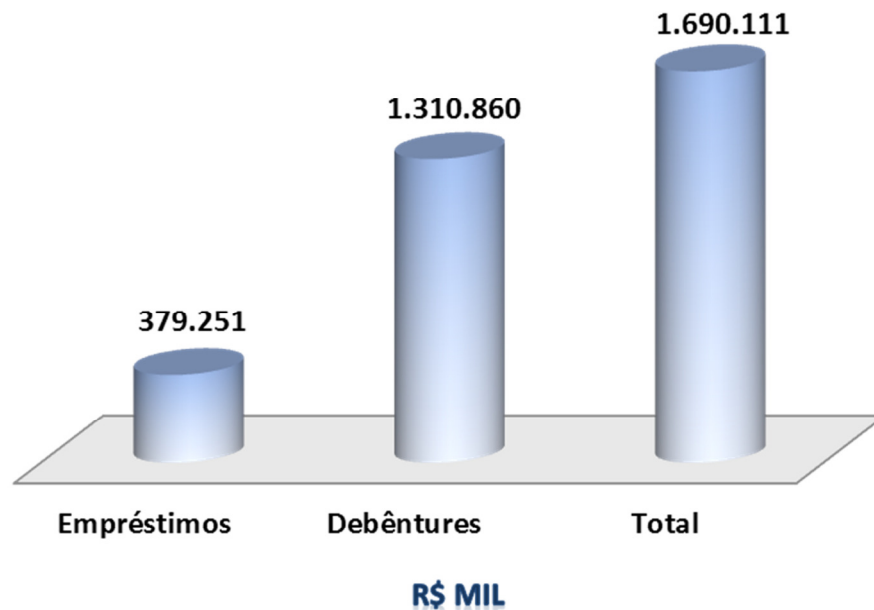
- **3.4 Endividamento**

A Concessionária encerrou o exercício de 2012 com endividamento bruto de R\$ 1.690.111 mil, sendo R\$ 379.251 mil referentes a financiamentos e R\$ 1.310.860 mil em Debêntures. O endividamento apresentou crescimento de 8,9% quando comparado a 2011 em virtude, principalmente, de novas liberações do financiamento junto ao BNDES, decorrentes da linha de crédito destinada aos investimentos.

O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras), encerrou o trimestre em R\$ 1.485.611 mil.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2012**

Os recursos financeiros tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação, ou seja, os custos de transação são contabilizados como redução do valor do instrumento financeiro emitido.

ENDIVIDAMENTO BRUTO

- **3.5 Investimentos**

Os investimentos realizados pela Concessionária no exercício representaram R\$ 143,6 milhões, despendidos principalmente na conservação especial de pavimento nas rodovias do Corredor Dom Pedro I, construção de dispositivo de entroncamento no contorno perimetral de Itatiba, melhorias/implantações de barreiras de concreto e defensas metálicas, melhorias em pontes e viadutos e implantação de sinalizações horizontais e verticais.

A recuperação do pavimento da Rodovia Dom Pedro I foi uma das principais ações da Concessionária em 2012, mas não a única. A Companhia deu início a duplicação da Rodovia Engenheiro Constâncio Cintra (SP-360), que proporcionará mais segurança e conforto aos usuários que trafegam entre os municípios de Jundiaí e Itatiba e também as obras de implantação e remodelação das marginais da rodovia Dom Pedro I, executadas no trecho urbano do município de Campinas e que irão proporcionar mais segurança e conforto aos 125 mil motoristas que utilizam o trecho diariamente.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2012**

Visando garantir a segurança dos usuários do Corredor Dom Pedro I, a Concessionária está recuperando pontes, viadutos e passarelas das rodovias que formam o sistema, realizando o tratamento de fissuras existentes, reparos estruturais e recuperação de taludes. Entre as pontes e viadutos que passarão por reparos, está a do km 46+200 da rodovia Dom Pedro I, em Nazaré Paulista, onde a Concessionária conseguiu a liberação para a passagem de caminhões com mais de 45 toneladas. Com a medida, os veículos que saíam de Campinas com destino ao Rio de Janeiro ou ao sul de Minas Gerais, deixaram de ir até São Paulo para acessar a rodovia Presidente Dutra (BR-116), encurtando o caminho em até 42 quilômetros.

Os recursos destinados a investimentos são provenientes da linha de crédito contratada junto ao BNDES e complementado pela geração de receita operacional da Companhia.

Intangível em Infraestrutura

Após a adoção da Interpretação Técnica ICPC 01, todo custo do investimento em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão, passou a ser tratado como ativo intangível. O cálculo da parcela mensal, sobre a vida útil dos bens, é reconhecido no resultado, como amortização, sendo seu valor calculado através da projeção de curva de tráfego limitado ao prazo final da respectiva concessão e a partir da data em que este está disponível para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

- **3.6 Reestruturação Societária**

Em 21 de dezembro de 2012 foi aprovada a cisão parcial do patrimônio líquido da controladora OTPP, composto, em parte, pelo seu investimento na Companhia e respectivo ágio fundamentado em perspectiva de resultados futuros, passível de amortização para fins tributários, a qual foi incorporada pela Companhia, sem qualquer aumento ou modificação na composição do seu capital social. O referido acervo líquido, no montante de R\$ 195.988 foi totalmente incorporado ao patrimônio da Companhia em conta de reserva de capital, denominada Reserva Especial de Ágio. Como resultado desta reorganização societária, a Odebrecht Transport S.A. (“OTP”) passou a deter 100% do capital total da Companhia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2012**

- 3.7 Outras Informações Contábeis**

A Companhia encerrou o exercício de 2012 com capital social subscrito representado por 556.799.050 ações, sendo 278.399.525 ações ordinárias e 278.399.525 ações preferenciais, com valor nominal de R\$ 1,00 por ação, sendo 556.799.050 ações pertencentes à OTP.

Em R\$ mil	2012	2011
Patrimônio Líquido	696.712	449.141
Ativo Total	2.419.354	2.033.189
Receita Líquida	579.843	551.992
Resultado Bruto	324.460	268.806
Resultado Líquido	51.583	68.425
Número de Ações integralizadas	556.799	556.799
Valor Patrimonial da Ação (R\$)	1,25	0,81
Resultado Líquido por Ação (R\$)	0,09	0,12

- 3.8 Gestão de Pessoas**

A Concessionária utiliza a Tecnologia Empresarial Odebrecht — TEO, como ferramenta fundamental na gestão de pessoas. A educação pelo e para o trabalho é um dos pilares da cultura empresarial, assim como a orientação para a obtenção de resultados. Na base de tudo está a confiança nas pessoas, na capacidade de auto desenvolvimento e no desejo de realização profissional e pessoal. O modelo de gestão é descentralizado, apoiado na delegação planejada e na partilha de resultados com base na contribuição de cada integrante.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2012**

Segue abaixo informações do exercício de 2012:

Descrição	2012	2011
Número de Funcionários		
Diretos	553	633
Indiretos	816	1.034
Valores Investidos R\$ mil		
Treinamento	119	181
Previdência	403	164

Menor Aprendiz

A Concessionária, em parceria com a Instituição Casa do Pequeno Trabalhador de Atibaia, por meio do Projeto Menor Aprendiz, contrata jovens com o intuito de formar e qualificar profissionais de sucesso para o mercado de trabalho.

- 3.9 Governança Corporativa**

Na Concessionária Rota das Bandeiras o objetivo da governança corporativa é garantir que as melhores práticas adotadas pelo mercado sejam aplicadas na condução e gestão do negócio, alinhando a tomada de decisões que proporcione o crescimento, a sobrevivência e a perpetuidade do negócio com o retorno do investimento realizado pelos acionistas.

A Concessionária, alinhada com as melhores práticas de governança corporativa aplicadas no mercado, bem como recomendações emitidas pelos órgãos reguladores existentes, destaca as principais práticas adotadas atualmente:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2012**

Conselho de Administração

O Conselho de Administração será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 7 (sete) membros, a serem eleitos e destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com um mandato de 2 (dois) anos, admitida a reeleição.

Todos os membros do Conselho de Administração serão investidos em seus cargos mediante a assinatura dos respectivos termos de posse, no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração, devendo permanecer no exercício do cargo até a investidura de seus sucessores.

O Presidente do Conselho de Administração será eleito dentre os seus membros, sendo que o mesmo terá o poder de indicar outro membro do Conselho para substituí-lo durante suas ausências temporárias.

Auditoria e Demonstrações Financeiras

Em 02 de abril de 2012 a Companhia realizou a contratação de seu auditor independente para a prestação de serviços de auditoria externa das demonstrações contábeis contidas nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (“DFP”).

Não houve, no exercício de 2012, a prestação de quaisquer outros serviços pelos auditores independentes que não sejam os relacionados à auditoria externa, conforme menção acima.

A Companhia adota práticas exigidas por legislação e regulamentação. A contratação de empresa de auditoria independente é também submetida à aprovação do Conselho de Administração, conforme regras previstas no Estatuto Social da Companhia.

Conduta e Código de Ética

Existência de Código de Ética da Organização Odebrecht, aprovado e divulgado para todos os negócios do Grupo, e, conseqüentemente todos seus integrantes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2012**

**Transparência e Gestão**

Existência de web site da área de Relações com Investidores para divulgação de forma transparente das informações e resultados da empresa.

Divulgação de forma tempestiva das informações trimestrais e anuais do negócio

Utilização de práticas financeiras reconhecidas para divulgação de resultados e para a tomada de decisões.

- **3.10 Responsabilidade Social**

Em 2012 a Concessionária realizou campanhas importantes com o intuito de reduzir acidentes, gerar conforto e informações aos usuários das rodovias administradas. Abaixo segue a relação das principais campanhas realizadas.

Caia na Rede

Projeto social de inclusão digital para crianças, jovens, adultos e idosos em espaços públicos das cidades do Corredor D. Pedro I. Oportunidade de acesso a informação, conhecimento e relacionamento. Neste ano, o projeto alcançou 7 cidades, 25 salas e 497 alunos.

Rota da Educação

Projeto social de educação no trânsito para alunos de 1º a 5º série do ensino fundamental de escolas municipais. O objetivo é provocar uma mudança de comportamento em relação ao trânsito, cidadania, mobilidade e meio ambiente em todos os públicos envolvidos: alunos, professores, pais e comunidades. Esta campanha teve um alcance, em 2012, em 7 cidades, 22 escolas e 1.088 alunos.

Campanhas de Segurança

Foram realizadas nos postos de serviço ao longo das rodovias com objetivo de alertar os motoristas de caminhão, carros de passeio, motociclistas e pedestres sobre as leis de trânsito. Foram beneficiados 2.858 pessoas em 9 eventos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2012**

Campanha do Agasalho

A “Campanha do Agasalho 2012”, promovida pelo Governo do Estado de São Paulo, mobilizou 56 integrantes da Rota das Bandeiras durante 67 dias e arrecadou 58.263 peças de agasalhos limpos e em bom estado de conservação. Os agasalhos foram entregues para os Fundos de Solidariedade dos 17 municípios no Corredor D. Pedro I.

Rota Saudável Na Mão Certa – Contra a exploração sexual de menores e adolescentes

Como ações efetivas para o programa, em 2012 foram realizadas 120 oficinas “Saúde Sexual e Reprodutiva do Adolescente” em 2 escolas municipais na cidade de Cosmópolis, um município com alto índice de jovens com gravidez não desejada. O programa atingiu 800 jovens e adolescentes do ensino fundamental (6º ao 9º ano), abordando e discutindo os seguintes assuntos: Sexualidade e adolescência; O corpo reprodutivo; Sexualidade e prevenção; Falando sobre drogas; O uso indevido de drogas x prevenção.

Programa de Palestras de Segurança

Em 2012 foram realizadas 17 palestras nas empresas localizadas no Corredor D. Pedro I, atingindo um público de 1.490 pessoas. Além da informação sobre como ocorrem os acidentes são apresentados os cuidados que as pessoas devem ter ao trafegar na rodovia utilizando moto, bicicleta, carro de passeio ou andando.

Campanha Contra Dengue 2012

A “Campanha Contra Dengue 2012” atingiu diretamente 2.310 alunos do ensino fundamental das escolas municipais de 5 cidades do Corredor D. Pedro I; a saber: Atibaia, Cosmópolis, Louveira, Mogi Guaçu e Paulínia.

Campanha de Castração

A campanha de castração acontece em parceria com a secretaria de saúde municipal em prol a redução de animais de pequeno porte nas rodovias. Em 2012 a ação foi realizada na cidade de Igaratá. Durante a campanha, 140 animais foram castrados.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2012**

- **3.11 Ações Ambientais**

A Concessionária Rota das Bandeiras reafirma seu compromisso com o desenvolvimento sustentável dos 17 municípios que formam sua malha viária investindo fortemente na preservação e na recuperação ambiental da região. A cada intervenção para a execução de algum tipo de melhoria nas rodovias é realizado um significativo e criterioso trabalho de compensação ambiental, com o objetivo de garantir o desenvolvimento social e econômico sustentável da região.

No exercício de 2012, a Concessionária investiu em plantio compensatório em conjunto com escolas dos municípios limítrofes à rodovia, 36.125 novas mudas numa área revegetada de 21,7 ha. Neste mesmo período foram destinados 96.300 Kg de materiais para reciclagem, somando-se a isto, a Companhia realizou o despraguejamento de 2.400 focos de cupins/ formigas.

- **3.12 Considerações Finais**

As Demonstrações Financeiras da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. apresentadas neste relatório, encontram-se em conformidade com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações auditadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Conselho de Administração	Diretoria Executiva
Juliane Pfeiffer Marinho	José Ricardo Mega Rocha
Marcelo Felberg	Irineu Berardi Meireles
Irineu Berardi Meireles	Jurandir Barrocal Neto
Júlio Perdigão	

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****1 Informações gerais**

A Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (“Rota das Bandeiras” ou “Companhia”) foi constituída em 9 de fevereiro de 2009 e iniciou suas operações em 3 de abril de 2009, tendo como objetivo exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do Sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I, nos termos do contrato de concessão celebrado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – (“ARTESP”), em 2 de abril de 2009.

O Corredor Dom Pedro I possui atualmente a extensão de 277 km e poderá ser acrescido da construção de 20 km adicionais, totalizando 297 km ao término da concessão. É constituído pelas rodovias SP-065, SPI-084/066, SP-332, SP-360, SP-063, SP-083, SPA-122/065, SPA-067/360, SPA-114/332, prolongamento da SP-083 e outros segmentos de rodovias transversais. Adicionalmente, a Companhia é responsável pela manutenção de 81,4 km de estradas vicinais.

Em 30 de junho de 2010, a Companhia obteve o registro de Companhia aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, através da publicação do Ofício CVM nº 16/2010.

As atividades são realizadas com base em contratos de serviços de longo prazo assim classificados:

(a) Concessões públicas

Objeto do contrato	Prazo	Poder Concedente
Exploração do Sistema Rodoviário, que consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, recuperação especial, projetos, gerenciamento de obra, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outros.	30 anos	Estado de São Paulo

Extinta a concessão, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito a indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Companhia em 22 de fevereiro de 2012.

Reestruturação societária

Em 21 de dezembro de 2012 foi aprovada a cisão parcial do patrimônio líquido da controladora OTP, composto, em parte, pelo seu investimento na Companhia e respectivo ágio fundamentado em perspectiva de resultados futuros, passível de amortização para fins tributários, a qual foi incorporada pela Companhia, sem qualquer aumento ou modificação na composição do seu capital social. O referido acervo líquido, no montante de R\$ 195.988 foi totalmente incorporado ao patrimônio da Companhia em conta de reserva de capital, denominada Reserva Especial de Ágio. Como resultado desta reorganização societária, a OTP passou a deter 100% do capital total da Companhia.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Assim, essas demonstrações financeiras incluem estimativas referentes à seleção de vidas úteis dos ativos imobilizado e intangível, sendo a amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão reconhecidos no resultado através da projeção de curva de tráfego, e de sua respectiva recuperação pelas operações, avaliação dos instrumentos financeiros, determinação do imposto de renda diferido e outras similares que, embora reflitam a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e conforme as normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards - IFRS*).

2.2 Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativos financeiros

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Em 31 de dezembro de 2012, compreendem as "Contas a receber", "Outros ativos" e "Caixa e equivalentes de caixa" (Notas 7 e 8).

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia não se utiliza de instrumentos financeiros derivativos e não realiza operações de hedge.

(c) Contas a receber

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias. Caso seja julgado necessário, é constituída provisão para perdas de créditos de difícil realização.

(d) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

(e) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

(f) Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

(g) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido de depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os gastos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

(h) Ativos intangíveis

(I) Infraestrutura

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01, item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas pode vir a afetar os saldos registrados.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

(II) Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais mencionadas na Nota 11.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(III) Direito de outorga

Os gastos para exploração e desenvolvimento de concessões (direito de outorga) são capitalizados e amortizados, pela curva de tráfego.

O direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica “Direito de Outorga”, no ativo intangível (Nota 11). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) estão registradas no passivo circulante.

O direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, sendo a amortização calculada pela curva de tráfego base no prazo da concessão. O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 8% a.a., taxa essa estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão.

(i) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A Companhia reconheceu provisão para recuperar a infraestrutura em condição normal de operação antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para os últimos 2 anos, descontados a valor presente de 11,2% ao ano e apropriados pelo prazo de concessão de 30 anos. Esta provisão para conserva especial está registrada pela melhor estimativa dos gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço, totalizando R\$ 1.856 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 1.224 em 31 de dezembro de 2011).

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia e sua controlada têm uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

(j) Fornecedores

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor presente e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

(k) Credor pela aquisição da concessão

Os credores pela concessão estão registrados no passivo circulante, a valor presente, amortizados pelas liquidações financeiras.

(l) Empréstimos e Debêntures

Os recursos financeiros tomados através de empréstimos e emissão de debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação.

Em seguida, os recursos financeiros tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), com base na taxa efetiva.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****(m) Demais passivos circulantes**

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

(n) Reconhecimento de receita**Receita de serviço**

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contra prestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

Receita de construção

As receitas de construção são reconhecidas pelo valor justo da contra prestação recebida ou a receber em virtude dos serviços prestados ou melhorias, por referência ao estágio de conclusão da construção.

Receita de construção		Custo de construção		Margem de lucro	
2012	2011	2012	2011	2012	2011
144.281	168.100	(142.838)	(166.419)	1.443	1.681

(o) Regime Tributário de Transição – RTT

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor da lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária das alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela MP nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09 de 27 de maio de 2009.

O regime foi optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009 e, a partir do ano-calendário de 2010, obrigatório para as pessoas jurídicas optantes pelo lucro real. Assim, considerando que nenhuma legislação disciplinando os efeitos fiscais no contexto dos novos métodos contábeis foi editada, a Companhia permanece adotando os preceitos do RTT, quais sejam, de eliminar, para fins fiscais, os efeitos decorrentes dos novos regramentos contábeis, utilizando-se, para tanto, as regras contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

(p) Benefícios a empregados**Obrigações de aposentadoria**

A Companhia mantém convênio de adesão com a ODEPREV - Odebrecht Previdência ("ODEPREV"), entidade fechada de previdência privada, instituída pela controladora indireta Odebrecht S.A. ("ODB"), constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A ODEPREV proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da ODEPREV estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. As contribuições da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 montaram a R\$ 403, enquanto no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 montaram a R\$164.

Por se tratar de um plano de contribuição definida cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou como não aplicável ao plano ODEPREV a aplicação do CPC 33 – Benefícios a empregados.

(q) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. No exercício de 2012, a Companhia registrou provisão no montante de R\$ 2.000.

2.3 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A sua adoção antecipada, embora encorajada pelo IASB, não foi adotada, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) e também não foram adotadas pela Companhia.

- O IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outro resultado abrangente e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.
- IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitida em maio de 2011, e divulgada em um novo pronunciamento CPC 46 - "Mensuração do Valor Justo". O objetivo da norma IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto dessa norma será basicamente um incremento na divulgação.

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

2.4 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações – utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações financeiras da Companhia são revistas de maneira contínua, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizados na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos de projeção de tráfego e a projeção para reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

(a) Perda (*Impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não foram identificadas pela administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para os ativos financeiros, quanto para os não financeiros.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos com base nas novas projeções dos lucros tributáveis futuros. Na determinação desses montantes foram utilizadas as alíquotas previstas para recuperação ou liquidação desses valores.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas (Nota 9).

Notas Explicativas

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

(c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente, classificados no ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

(d) Reconhecimento de Receita

Na apuração do valor justo da receita de infraestrutura a Companhia utilizou o custo total incorrido, mais margem de lucro, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro.

(e) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão através da projeção de curva de tráfego, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A administração reconhece que essa é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais companhias do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

4 Gestão de risco financeiro

(a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores e empréstimos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

(b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****(c) Risco de liquidez**

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

(d) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita à variação da taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros TJLP e do índice de inflação IPCA, principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros a esta variável são apresentadas abaixo:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP e o índice de inflação IPCA.

(ii) Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I) na taxa de juros TJLP e no índice de inflação IPCA foram consideradas as projeções apresentadas abaixo (*):

Indicador	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
TJLP	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%
IPCA	6,0%	6,5%	7,0%	7,0%	6,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%

(*) Fonte: Projeção Banco Santander - 17/dez/2012

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP e no índice de inflação IPCA foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

As taxas consideradas foram:

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Indicador	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	Provável	Adverso possível	Adverso extremo
TJLP *	5,00%	6,25%	7,50%
IPCA **	5,63%	7,04%	8,44%

* Refere-se à média aritmética da projeção de 2013 a 2025 das taxas de TJLP apresentada acima.

** Refere-se à média aritmética da projeção de 2013 a 2024 dos índices de IPCA apresentada acima.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Financiamento BNDES	abr/25	Alta na TJLP	123.146	143.496	163.626

(iv) Análise de sensibilidade de variações no índice de inflação – IPCA

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação do índice de inflação IPCA, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Debêntures	jul/24	Alta no IPCA	2.561.919	2.939.650	3.357.859
Financiamento BNDES	mai/22	Alta no IPCA	58.334	66.518	75.713

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as vigentes de mercado.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de Tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela Diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

(e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha, com classificação atual de Aaa pela agência Moody's Investors Service, Inc.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresentou valores a receber da CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. no montante de R\$ 27.093, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber". Por ser a CGMP controlada pelo próprio setor de rodovias, a Administração da Companhia caracteriza como baixo o risco de crédito oriundo destas contas a receber, por considerar que o mesmo esteja mitigado entre as concessionárias do setor rodoviário.

(f) Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos e passivos circulantes

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos seus valores de realização.

(g) Empréstimos e debêntures

Os empréstimos e as debêntures, classificados como passivos circulantes e não circulantes, têm seu valor contábil próximo ao valor de mercado.

4.1 Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2012 e 2011 podem ser assim sumariados:

	2012	2011
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 12)	1.690.111	1.552.349
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(204.500)	(111.742)
Dívida líquida	1.485.611	1.440.607
Total do patrimônio líquido	696.712	449.141
Total do capital	2.182.323	1.889.748
Índice de alavancagem financeira - %	68	76

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às
demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****4.2 Estimativa do valor justo**

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

5 Instrumentos financeiros por categoria

	Empréstimos e recebíveis	
	2012	2011
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Contas a receber e demais contas a receber	37.800	26.622
Caixa e equivalentes de caixa	204.500	111.742
	<u>242.300</u>	<u>138.364</u>
	Outros passivos financeiros	
	2012	2011
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos e debêntures	1.690.111	1.552.349
Fornecedores e outras obrigações	21.738	21.124
	<u>1.711.849</u>	<u>1.573.473</u>

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	2012	2011
Contas a receber		
Contra partes sem classificação externa de crédito		
CGMP	27.093	16.978
Outros	3.467	3.129
Total de contas a receber	30.560	20.107
Caixa e equivalentes de caixa		
Contra partes com classificação externa de crédito		
Banco do Brasil	39.880	6.637
Banco Itaú	1	33.868
Banco Santander	56.128	1.912
Banco Votorantim	15.951	66.865
Banco Bradesco	27	11
Banco BTG Pactual	86.608	
Banco Indusval	1	
	198.596	109.293
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Caixa Geral	226	327
Numerário em Trânsito	5.332	1.759
Fundo de Troco	346	363
	5.904	2.449
Total de caixa e equivalentes de caixa	204.500	111.742

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2012	2011
Caixa geral	226	327
Bancos conta movimento	1.717	6.927
Numerário em trânsito (i)	5.332	1.759
Fundo de troco	346	363
Aplicações financeiras (ii)	196.879	102.366
	204.500	111.742

- (i) Recebimento em dinheiro da arrecadação de pedágios realizada nos últimos dias do ano correspondente.
- (ii) Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), compromissados e remunerados a taxas que variam entre 98% e 103,5% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). Os prazos de resgate variam entre um e dois meses em média e possuem liquidez imediata garantida pelo emissor.

Em 22 de maio de 2012, a Companhia adquiriu cotas do fundo de investimento administrado pelo banco BTG Pactual. As cotas adquiridas possuem liquidez imediata. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo é de R\$ 86.609, referente a 77.068 cotas de investimento com remuneração de aproximadamente 102,31% do CDI.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****8 Contas a receber**

	2012	2011
CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento	27.093	16.978
DBTRANS Ltda.	1.915	1.797
Companhia Brasileira de Meios de Pagamento	1.308	980
Outras contas a receber	243	352
	30.560	20.107

As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Em 31 de dezembro de 2012, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas na realização das contas a receber.

9 Imposto de renda e contribuição social diferidos**Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos**

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	2012	2011
Ativo - não circulante		
Prejuízo fiscal e base negativa (ii)	89.142	75.772
Amortização da outorga	1.619	1.619
Benefício fiscal (ágio) (i) e (ii)	195.988	
Outras diferenças temporárias	205	335
	286.954	77.726
Passivo - não circulante		
Amortização do Intangível (curva do tráfego)	28.729	12.430
Margem de construção	2.608	2.118
Encargos financeiros	14.023	
Outras diferenças temporárias	17.545	8.243
	62.905	22.791
Tributos diferidos líquidos		
Tributos diferidos ativos	286.954	77.726
Tributos diferidos passivos	(62.905)	(22.791)
	224.049	54.935

A variação líquida do exercício de 2012 relativa aos impostos diferidos, totalizou R\$ (26.875), excluindo o benefício fiscal.

- (i) De acordo com as práticas contábeis já previstas na Instrução CVM nº319/99, com a redação dada pela Instrução CVM nº 349/01, a Companhia, com base em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu o crédito tributário sobre o valor do ágio a ser amortizado para fins tributários, em função da incorporação de parte do acervo líquido de sua até então Controladora "OTPP", nos termos do que prevê a legislação tributária aplicável.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Ágio por expectativa de rentabilidade futura	576.435
Provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido	(380.447)
Total do benefício fiscal	<u>195.988</u>

A Companhia optou por adotar os preceitos das Instruções CVM nº 319 e nº 349, apresentando o valor do ágio deduzido de “Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido”. A Companhia constituiu essa provisão no montante da diferença entre o valor do ágio e do benefício fiscal decorrente da sua amortização para fins tributários. Essa provisão é revertida na proporção que o ágio vai sendo amortizado, sendo que a reversão é lançada na mesma conta em que o ágio é amortizado, representando a amortização do respectivo ativo fiscal também em linha com as práticas contábeis atuais.

- (ii) A expectativa da administração da Companhia quanto à realização total dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados, base negativa de contribuição social e o ágio a ser amortizado para fins tributários está prevista para ocorrer da seguinte forma:

Ano	Compensação		
	Prejuízo fiscal e base negativa	Benefício fiscal (ágio)	Total
2013	3.445	19.599	23.044
2014	7.261	19.599	26.860
2015	13.998	19.599	33.597
2016	22.721	19.599	42.320
2017 em diante	41.717	117.592	159.309
	<u>89.142</u>	<u>195.988</u>	<u>285.130</u>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

10 Imobilizado**(i) Composição**

		2012		2011	
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
Máquinas e equipamentos	20	1.261	(517)	744	873
Móveis e utensílios	20	86	(23)	63	58
		<u>1.347</u>	<u>(540)</u>	<u>807</u>	<u>931</u>

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****(ii) Movimentação**

	2012	2011
Saldo no início do exercício	931	906
(+) Adições	122	244
(+) Transferências	7	
(-) Depreciação	(253)	(219)
Saldo no final do exercício	<u>807</u>	<u>931</u>

11 Intangível**(i) Composição**

			2012	2011
	Custo	Amortização Acumulada		Líquido
Intangível em infraestrutura (a)				
Edifícios e instalações	240.496	(11.113)	229.383	202.467
Pavimentações e conservação especial	295.476	(16.805)	278.671	202.078
Hardware equipamentos de pedágio	61.338	(6.717)	54.621	49.326
Demais melhorias e aplicações	78.962	(1.785)	77.177	29.208
Desapropriações	27.166	(933)	26.233	240
Máquinas e equipamentos	3.098	(76)	3.022	1.137
Móveis e utensílios	1.792	(41)	1.751	299
Veículos	2.416	(62)	2.354	2.387
Meio ambiente e elementos de segurança	20.524	(753)	19.771	16.093
Obras em andamento	35.798		35.798	91.557
	<u>767.066</u>	<u>(38.285)</u>	<u>728.781</u>	<u>594.792</u>
Outros intangíveis (b)				
Direito de outorga da concessão	1.337.238	(118.212)	1.219.026	1.239.558
Softwares adquiridos de terceiros	560	(152)	408	172
	<u>1.337.798</u>	<u>(118.364)</u>	<u>1.219.434</u>	<u>1.239.730</u>
	<u>2.104.864</u>	<u>(156.649)</u>	<u>1.948.215</u>	<u>1.834.522</u>

(a) Intangível - Infraestrutura

Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. A amortização é calculada no modelo de projeção de tráfego (Nota 3 (e)) visando variáveis econômicas para o tráfego nas rodovias sob sua concessão considerando o potencial aumento e (ou) volume de trânsito nas praças de pedágio, às quais estão limitadas ao prazo da concessão, e reconhecida no resultado, periodicamente revisadas.

O montante do custo está majorado pela margem de construção, conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01. Do montante total do Intangível em Infraestrutura, aproximadamente R\$ 200.000 foram financiados integralmente por capital próprio (Nota 15).

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****(b) Outros intangíveis**

Refere-se, principalmente, ao direito de outorga correspondente à obtenção de concessão para exploração do sistema rodoviário, sendo amortizado pela projeção da curva tráfego (Nota 3 (e)) limitado ao tempo do contrato. Este montante foi ajustado a valor presente, considerando uma taxa de desconto de 8% ao ano.

Esses contratos representam um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação, pelo período de tempo estabelecido em cada contrato.

A revisão e o reajuste das tarifas de pedágio têm como base o IPCA acumulado nos doze meses anteriores, tendo como referência o mês de maio do mesmo ano.

(ii) Movimentação

	2012	2011
Intangível Infraestrutura		
Saldo no início do exercício	594.792	433.759
(+) Adições	144.281	168.100
(-) Baixas	(108)	
(-) Amortização (*)	(10.184)	(7.067)
	728.781	594.792
Outros intangíveis		
Saldo no início do exercício	1.239.730	1.259.329
(+) Adições	327	130
(-) Transferencia	(7)	
(-) Amortização (*)	(20.616)	(19.729)
	1.219.434	1.239.730
Saldo no final do exercício	1.948.215	1.834.522

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão foi reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego (Nota 3 (e)).

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Empréstimos e Debêntures

	Moeda	Encargos financeiros anuais	2012	2011
Empréstimo BNDES (a)	R\$	TJLP + 2,32%	328.385	246.524
Empréstimo BNDES (a)	R\$	IPCA + 9,6%	26.421	22.802
Empréstimo BNDES (a)	R\$	IPCA + 8,66%	28.265	
Debêntures (b)	R\$	IPCA + 9,57%	1.352.103	1.317.740
Custos a amortizar (d)	R\$		(45.063)	(34.717)
			1.690.111	1.552.349
Menos				
Passivo circulante				
Empréstimos			27.498	17.807
Debêntures			90.792	129.974
Passivo circulante			(118.290)	(147.781)
Passivo não circulante			1.571.821	1.404.568
			(1.690.111)	(1.552.349)

(a) BNDES

Em 14 de julho de 2010, a Companhia contratou linha de crédito de longo prazo junto ao BNDES no valor de até R\$ 921.503. Desse montante, o equivalente a R\$ 737.189 está sujeito a encargos de TJLP + 2,32% a.a. e o montante de R\$ 184.314 está sujeito a encargos de IPCA + Taxa de Referência + 2,32% a.a.

A composição das liberações da operação do empréstimo junto ao BNDES em 31 de dezembro de 2012 está apresentada da seguinte forma:

Liberação	Principal	Vencimento	Encargos (% a.a.)	31 de dezembro de 2012
ago/10	175.364	*	TJLP + 2,32%	158.042
dez/10	30.000	abr/21	TJLP + 2,32%	30.487
mar/11	34.103	abr/21	TJLP + 2,32%	34.657
out/11	13.963	mai/22	IPCA + 9,60%	16.690
out/11	3.616	abr/23	TJLP + 2,32%	3.675
out/11	3.371	abr/21	TJLP + 2,32%	2.965
out/11	632	abr/23	TJLP + 2,32%	642
nov/11	8.238	mai/22	IPCA + 9,60%	9.731
fev/12	20.959	abr/25	TJLP + 2,32%	21.299
fev/12	4.888	abr/21	TJLP + 2,32%	4.456
fev/12	24.099	abr/23	TJLP + 2,32%	24.490
mar/12	5.985	abr/23	TJLP + 2,32%	6.082
mar/12	8.544	abr/21	TJLP + 2,32%	7.862
nov/12	2.783	abr/21	TJLP + 2,32%	2.764
nov/12	15.406	abr/23	TJLP + 2,32%	15.516
nov/12	2.695	abr/25	TJLP + 2,32%	2.714
nov/12	3.274	jul/18	TJLP + 2,32%	3.232
dez/12	9.453	abr/25	TJLP + 2,32%	9.501
dez/12	28.094	mai/22	IPCA + 8,66%	28.265
Total liberado	395.466			383.070

(*) O montante de R\$ 175.364 liberado em agosto de 2010 tem os seguintes vencimentos: R\$ 22.222 em abril/23, R\$ 4.217 em abril/25 e o restante de R\$ 148.925 em abril/21.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Os recursos provenientes dessa abertura de crédito são destinados a realização de investimentos em ampliação, recuperação e manutenção do Corredor Dom Pedro I.

(b) Debêntures

A Companhia realizou, em 15 de junho de 2010, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 1.100.000, cuja liquidação financeira ocorreu em 30 de julho de 2010.

Em 10 de julho de 2012, foi aprovado pelos debenturistas o 3º aditivo da escritura de debêntures, prolongando o prazo de vencimento para mais 24 meses, passando os vencimentos finais para 15 de janeiro de 2024, para as debêntures de primeira série, e 15 de julho de 2024, para as debêntures de segunda série. Também foram alterados os prazos para pagamento da primeira parcela do valor nominal unitário das debêntures. O primeiro vencimento das debêntures da primeira série foi alterado para 15 de janeiro de 2013 e, para dia 15 de julho de 2013 o da segunda série. No dia 16 de julho de 2012, a Companhia pagou aos debenturistas de ambas as séries um total de R\$ 13.190 referente ao prêmio de 1% do saldo devedor das Debêntures em contrapartida à concordância com as alterações contratuais.

A composição da operação da escrituração de debêntures aberto em 31 de dezembro de 2012 está apresentada da seguinte forma:

Liberação	Série	Valor da emissão	Vencimento	Encargos (% a.a.)	2012	2011
junho-10	1º série	550.000	até janeiro-24	IPCA + 9,57 %	691.373	691.580
junho-10	2º série	550.000	até julho-24	IPCA + 9,57 %	660.730	626.160
					1.352.103	1.317.740

O valor nominal unitário atualizado das debêntures de primeira e segunda série será amortizado anualmente, juntamente com a remuneração, conforme apresentado a seguir:

Datas de Amortização da Primeira Série	(i)	Datas de Amortização da Segunda Série	(ii)
janeiro de 2013	0,50%	julho de 2013	1,00%
janeiro de 2014	0,50%	julho de 2014	1,00%
janeiro de 2015	3,00%	julho de 2015	2,00%
janeiro de 2016	4,00%	julho de 2016	4,00%
janeiro de 2017	3,00%	julho de 2017	5,00%
janeiro de 2018	5,00%	julho de 2018	3,00%
janeiro de 2019	2,50%	julho de 2019	4,00%
janeiro de 2020	5,50%	julho de 2020	9,00%
janeiro de 2021	10,00%	julho de 2021	13,00%
janeiro de 2022	19,00%	julho de 2022	16,00%
janeiro de 2023	21,00%	julho de 2023	19,00%
janeiro de 2024	26,00%	julho de 2024	23,00%

(i) Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série a ser amortizado

(ii) Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série a ser amortizado

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****(c) Prazo de vencimento**

O montante das operações das debêntures e BNDES de longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2012	2011
2013		56.373
2014	57.246	66.801
2015	77.076	88.967
2016	96.832	111.520
2017	96.846	128.300
2018	96.664	156.204
2019	88.066	178.748
2020	132.206	218.008
2021	167.470	213.708
2022	228.341	181.731
2023 em diante	531.074	4.208
	1.571.821	1.404.568

(d) Custos de captação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. A movimentação desses gastos é a seguinte:

	2012			2011
	Debêntures	BNDES	Total	Total
Saldo no início do exercício	30.152	4.565	34.717	38.564
(+) Adições (*)	14.576		14.576	
(-) Amortizações	(3.485)	(746)	(4.231)	(3.847)
Saldo no final do exercício	41.243	3.819	45.062	34.717

(*) Gastos incorridos na renegociação das debêntures, sendo R\$ 13.190 referente prêmio pago a debenturista e saldo residual decorrente de pagamento de assessoria jurídica e taxa administrativa.

O montante a apropriar no resultado futuro tem a seguinte composição:

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	Debêntures	BNDES	Total
2013	3.593	698	4.291
2014	3.789	646	4.435
2015	3.935	575	4.510
2016	4.025	502	4.527
2017	4.089	424	4.513
2018	4.110	345	4.455
2019	4.200	265	4.465
2020	4.142	183	4.325
2021	3.803	106	3.909
2022 em diante	5.557	75	5.632
	41.243	3.819	45.062

(i) Garantias

As debêntures e o financiamento de longo prazo do BNDES foram concedidos sob a modalidade de “*project finance*” ou financiamento com garantias de projeto, através de garantia compartilhada entre os titulares das debêntures e o BNDES, onde constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia.

(ii) Principais compromissos assumidos (“Covenants”)

A Companhia assumiu os seguintes principais compromissos previstos nos contratos de empréstimo:

- Limitação para realização de transferência de ações, excetuando-se qualquer transferência na qual as sociedades sucessoras sejam direta ou indiretamente da Organização Odebrecht;
- Limitações para a alienação de quaisquer equipamentos ou outros bens, sem a anuência expressa dos credores, excetuando-se (i) alienações ou onerações no curso ordinário dos negócios (incluindo, mas não se limitando a, operações na modalidade “leasing operacional”) em valor individual ou agregado em cada exercício social da Emissora não superior a R\$10.000 (dez milhões de reais); (ii) alienações ou onerações decorrentes de leis, medidas judiciais ou administrativas; ou (iii) alienações ou onerações com a finalidade de atender exigências previstas no Contrato de Concessão;
- Limitação para contratar empréstimos ou financiamentos em montante superior ao equivalente de um faturamento mensal;
- Manter índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) não inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos) ao longo de todo o prazo do financiamento, calculado ao final de cada trimestre;
- Abster-se de realizar distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio com o índice de cobertura de serviço da dívida abaixo de 1,30;
- Manter uma relação entre o Patrimônio Líquido e o Passivo Financeiro não inferior a 0,2 (dois décimos) ao longo de todo o prazo do financiamento e apurado ao final de cada exercício social;
- Manter Conta Reserva de Serviço da Dívida ou contratar Carta Fiança emitida por instituição de primeira linha, a qual deverá conter o montante equivalente aos recursos necessários para o pagamento das próximas seis prestações do serviço da dívida;

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

- Manter Conta Reserva de O & M ou contratar Carta Fiança emitida por instituição de primeira linha, a qual deverá conter o montante equivalente ao custo operacional por um período de três meses, a serem estimados com base naquilo que foi gasto pela Companhia nos três meses anteriores;
- Operações de mútuo com coligadas, controladas e controladoras deverão ser limitadas a R\$ 300.000 (trezentos milhões de reais), desde que este seja subordinadas ao pagamento das Debêntures e ao contrato de financiamento do BNDES.

As cláusulas restritivas vêm sendo adequadamente cumpridas pela Companhia.

13 Saldos e transações com partes relacionadas**(i) Composição**

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, relativos a operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

	Fornecedores	Serviços prestados
CNO	45	56.905
Consórcio Corredor Dom Pedro I		26.023
Em 31 de dezembro de 2012	45	82.928
Em 31 de dezembro de 2011	83	378.175

Em 2 de abril de 2009, a Companhia firmou Contrato de Engenharia com a Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A. ("CNOB") antiga OSEC, Empresa do grupo Odebrecht, para fornecimento e construção das obras de ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I.

Em 1º de outubro de 2009, a Concessionária Rota das Bandeiras S.A. cedeu à CNO, de forma irrevogável, todos os seus direitos, responsabilidades e obrigações sobre o contrato de Engenharia, fornecimento e construção das obras de ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I.

Em 25 de setembro de 2012, a CNO cedeu ao Consórcio Dom Pedro I, de forma irrevogável, todos os seus direitos, responsabilidades e obrigações sobre o contrato de Engenharia, fornecimento e construção das obras de ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I.

(ii) Honorários da administração

A remuneração paga aos administradores, estatutários e não estatutários da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, totalizou os montantes de R\$ 2.792 e R\$2.067, respectivamente.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

14 Contingências

A Companhia é parte envolvida em expedientes trabalhistas, cíveis e ambientais e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus assessores legais externos.

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia apresenta o montante de R\$ 150 relacionado a Contingência Trabalhista e previdenciárias e R\$ 80 em reclamações cíveis.

A Companhia também tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda que foram classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante estimado de R\$ 1.241.

15 Patrimônio líquido**(a) Capital social**

Em 25 de janeiro de 2010, a Companhia emitiu 27.186.694 novas ações, totalmente subscritas, sendo 13.593.347 ações ordinárias e 13.593.347 ações preferenciais, ao valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Em 23 de abril de 2010, a Companhia emitiu 57.054.000 novas ações, totalmente subscritas, sendo 28.527.000 ações ordinárias e 28.527.000 ações preferenciais ao valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Em 27 de outubro de 2010, a Companhia aumentou seu capital social no montante de R\$ 263.745, passando de R\$ 293.054 para R\$ 556.799, mediante a emissão de 131.872.525 novas ações ordinárias e 131.872.525 novas ações preferenciais emitidas ao valor nominal de R\$ 1,00 cada, sendo o capital subscrito pela OTPP e integralizado no total de R\$ 233.745, da seguinte forma: (i) o montante de R\$ 170.000 através de aporte, (ii) R\$ 63.745 mediante capitalização de crédito detido pela OTPP contra a Companhia. O saldo remanescente de R\$ 30.000, foi integralizado em 27 de abril de 2011. O montante de R\$ 200.000 foi totalmente destinado a investimento em infraestrutura.

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social subscrito da Companhia está representado por 556.799.050 ações, sendo 278.399.525 ações ordinárias e 278.399.525 ações preferenciais, com valor nominal de R\$ 1,00 por ação.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****16 Receita**

	2012	2011
Receita de obra de infraestrutura (i)	144.281	168.100
Receita de operação		
Receitas em numerário	141.362	135.544
Receitas de AVI (“Automatic Vehicle Identification”) (ii)	289.685	238.389
Receitas de vale pedágio (iii)	41.594	37.251
Outras receitas	4.355	9.477
	<u>476.996</u>	<u>420.661</u>
Receita total	<u>621.277</u>	<u>588.761</u>
Tributos sobre serviços de operação	<u>(41.434)</u>	<u>(36.769)</u>
	<u>579.843</u>	<u>551.992</u>

- (i) A Companhia reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, um montante de R\$ 144.281 como receita de obras de infraestrutura, nos termos da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão.

Na apuração do valor justo da sua contra prestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 1% de margem, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro.

- (ii) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI (“Automatic Vehicle Identification”) são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresa especializada.
- (iii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas (VISA e DBTRANS).

Reajuste da tarifa de pedágio

A partir de 1º de julho de 2012, entraram em vigor as novas tarifas de pedágio nas rodovias administradas pela Companhia. O reajuste nas tarifas de pedágio foi de 4,99%, autorizado em 29 de junho de 2012 pela ARTESP, através de Deliberação do seu Conselho Diretor, e publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

A cobrança de pedágio é a principal fonte de recursos para obras de manutenção, conservação e modernização da malha viária concedida.

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****17 Custos dos serviços**

Os custos dos serviços prestados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro são sumariados e apresentados com a seguinte composição:

	2012	2011
Custo de operação		
Amortização do direito de outorga	(20.532)	(19.674)
Depreciação, amortização do intangível	(10.521)	(7.341)
Provisão de conserva especial	(472)	(424)
Gerenciamento e manutenção e conservação da Rodovia	(17.175)	(22.897)
Salários	(15.235)	(14.898)
Outorga variável	(14.313)	(12.621)
Gastos gerais	(12.900)	(18.412)
Serviços de terceiros	(5.344)	(7.263)
Seguros	(5.855)	(6.482)
Atendimento pré hospitalar	(4.636)	(2.672)
Guincho	(4.212)	(1.426)
Materiais	(1.350)	(2.657)
	<u>(112.545)</u>	<u>(116.767)</u>
Custos de obra de infraestrutura		
Custo de obra de infraestrutura	(142.838)	(166.419)
	<u>(142.838)</u>	<u>(166.419)</u>
	<u>(255.383)</u>	<u>(283.186)</u>

18 Resultado financeiro, líquido

	2012	2011
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(220.460)	(216.289)
Comissões bancárias sobre empréstimos	(1.770)	(2.019)
Outras	(747)	(302)
	<u>(222.977)</u>	<u>(218.610)</u>
Receitas financeiras		
Receita de aplicação financeira	9.759	7.111
	<u>(213.218)</u>	<u>(211.499)</u>

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****19 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro****Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social**

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	2012		2011	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição social	78.458	78.458	14.378	14.378
Ajustes:				
Adições permanentes	341	316	497	141
Adições temporárias			449	449
Exclusões temporárias (*)	(118.190)	(118.190)	(63.521)	(63.521)
Prejuízo fiscal e base negativa	(39.391)	(39.416)	(48.197)	(48.553)

(*) Refere-se a ajustes RTT, composto pelos custos de captação, depreciação do intangível, receitas e custos de construção.

20 Despesas gerais e administrativas

	2012	2011
Salários	16.052	20.670
Serviços de terceiros	6.719	10.702
Gastos gerais	6.201	8.655
Outros	1.018	865
	29.990	40.892

21 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.

A Companhia mantém seguros de risco de engenharia, riscos nomeados e operacionais, responsabilidade civil e seguros garantia para garantir uma efetiva cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades e o pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresentava as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

Notas Explicativas**Concessionária Rota das Bandeiras S.A.****Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Modalidade	Seguradora	Vigência até	Cobertura
Responsabilidade Civil	Itaú	30/06/2013	71.915
Seguro de Rodovia	Itaú	30/06/2013	217.751
Garantia de Concessões Públicas	Chartis	30/06/2013	306.734
Responsabilidade Civil Diretores	Allianz	01/06/2013	40.000
Risco de Engenharia	Zurich	30/04/2013	12.521
Seguro de Veículo	Tokio	30/09/2013	(*)
Risco de Engenharia	Zurich	30/12/2013	11.810

(*) 110% da Tabela FIPE

22 Lucro por ação**(a) Básico**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	51.583	68.425
Lucro líquido atribuível aos acionistas da sociedade titulares de ações ordinárias	25.792	34.213
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	278.400	273.632
Lucro básico por ação	92,64	125,03

(b) Diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações ou opções de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferências potenciais para fins de diluição.

23 Eventos subsequentes

Em 15 de janeiro de 2013, a Companhia liquidou a segunda parcela referente à primeira série das debêntures no montante de R\$ 63.634.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração
sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração
do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Salvador, 28 de fevereiro de 2013

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Felipe Edmond Ayoub
Contador CRC 1SP187402/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não aplicável, em virtude da não instalação do Conselho Fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**D E C L A R A Ç Ã O**

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Concessionária Rota das Bandeiras S.A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Dom Pedro I, Km 110+400 s/n, Sítio da Moenda, Itatiba, inscrita no CNPJ 10.647.979/0001-48, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Concessionária referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Concessionária relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

Itatiba, 28 de fevereiro de 2013.

Irineu Berardi Meireles
Diretor-Presidente

José Ricardo Mega Rocha
Diretor-Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores

Jurandir Barrocal Neto
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Concessionária Rota das Bandeiras S.A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Dom Pedro I, Km 110+400 s/n, Sítio da Moenda, Itatiba, inscrita no CNPJ 10.647.979/0001-48, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Concessionária referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Concessionária relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

Itatiba, 28 de fevereiro de 2013.

Irineu Berardi Meireles
Diretor-Presidente

José Ricardo Mega Rocha
Diretor-Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores

Jurandir Barrocal Neto
Diretor